

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2022
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO
DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

1.0 - PREÂMBULO

O Município de Brejo da Madre de Deus, por ordem de seu Exmo. Senhor Prefeito, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, torna público, para conhecimento dos interessados que será realizado CHAMADA PÚBLICA para credenciamento de instituições financeiras para arrecadação de tributos municipais e demais receitas, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), utilizando padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, subsidiárias, e postos de serviços, de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

2.0 - OBJETO

2.1 - O presente edital tem por objeto o credenciamento de instituições financeiras para arrecadação de tributos municipais e demais receitas, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), utilizando padrão FEBRABAN.

2.2. O Município de Brejo da Madre de Deus, deverá convocar os Credenciados Habilitados, para assinatura do contrato;

2.3. A convocação será efetuada após a publicação dos Credenciados Habilitados no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco.

3.0 - VIGÊNCIA DO CHAMAMENTO

3.1 - O prazo de vigência da presente Chamada Pública é de **12 (doze) meses** contados de sua publicação.

3.2 - O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência deste credenciamento será de **12 (doze) meses**, contado da assinatura do contrato, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

4.0 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO / RECURSOS FINANCEIROS

4.1. O valor total estimado para 12 meses é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), conforme especificado no termo de referência (anexo I).

4.2 - Os recursos alocados para a realização do objeto da presente licitação são oriundos da seguinte dotação orçamentária:



PODER: 02- PODER EXECUTIVO
ÓRGÃO: 05 – SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
FUNÇÃO: 04.122.0403.2030.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA
DESPESA: 138

5.0 - COMPONENTES DESTE EDITAL

5.1 - Constituem anexos deste Edital e dele fazem parte integrante:

5.1.1 – Termo de Referência (Anexo I);

5.1.2 - Minuta do Contrato a ser firmado entre o Município de Brejo da Madre de Deus e a(s) empresa credenciada(s) (Anexo II);

5.1.3 - Modelo de Solicitação de Credenciamento (Anexo III).

6.0 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar do presente Credenciamento pessoas jurídicas legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos.

9.1.1. Podem participar deste credenciamento todas as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

9.1.2. É vedada a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste Credenciamento.

9.1.3. As instituições financeiras interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, a partir da publicação deste Edital de Credenciamento, respeitada a data limite prevista no item 3.1. deste Edital.

6.2 - Não poderão participar:

6.2.1 - Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

6.2.2 - Instituições financeiras que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público, ou que estejam temporariamente impedida de participar de licitação e de contratar com a Administração Pública.

6.2.3 - As Instituições Financeiras que desrespeitarem as demais situações previstas na Lei nº. 8.666/93.



7.0 – PERÍODO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 - A entrega de documentos obedecer a duas fases:

7.1.1 - Na primeira fase, os interessados em participar do processo de Chamada Pública, deverão encaminhar o requerimento e a documentação exigida neste edital até às **10:00 horas** do dia **07 de julho de 2022**.

7.1.2 – A sessão inicial para abertura dos envelopes contendo a documentação apresentada pelas interessadas ocorrerá no dia **07 de julho 2022 às 10:30 horas**.

7.1.3 - Na segunda fase, que inicia no dia imediatamente posterior a data supracitada, e permanecerá aberta até o término da vigência do Edital. Os interessados em efetuar o credenciamento para o presente objeto deverão encaminhar a documentação exigida neste do edital a qualquer momento dentro da vigência.

8.0 - APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em uma única via, devendo ser entregues em envelope lacrado, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

<p style="text-align: center;">À Comissão Permanente de Licitação</p> <p style="text-align: center;">PREFEITURA DE BREJO DA MADRE DE DEUS – PE</p> <p style="text-align: center;">DOCUMENTAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2022</p> <p>OBJETO: Credenciamento de instituições financeiras para arrecadação de tributos municipais e demais receitas, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), utilizando padrão FEBRABAN</p> <p style="text-align: center;">NOME DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</p>
--

8.2 - A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por documentação enviada via postal ou entregues em outros setores que não sejam o acima especificado.

8.3 - A simples apresentação do envelope com a documentação submete o interessado às condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

9.0 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

Para fins de habilitação neste Credenciamento deverão os interessados apresentar os seguintes documentos:

9.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

9.3 - Declaração do Banco Central de que a instituição financeira está em pleno uso e gozo de suas atividades ou cópia do certificado de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central;

9.4 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

9.5 - Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União (Decreto nº 5.558, de 19 de novembro de 2005);

9.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal - CRF emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante;

9.7 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante;

9.8 - Prova Prova de regularidade relativa ao FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), de acordo com a Lei nº 12.440/2011;

9.10 - Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

9.11 - Indicação do representante legal da proponente, com respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação – Carteira de Identidade) para praticar todos os atos necessários em nome da instituição financeira, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato.



9.12 - Será considerada como válida pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva emissão, a certidão/documento que não apresentar prazo de validade, exceto se houver previsão de prazo diverso estabelecido em lei ou por dispositivo do órgão emissor do documento, devendo a licitante apresentar juntamente com a certidão/documento cópia da referida legislação ou dispositivo.

9.13 - Os documentos exigidos para habilitação, salvo aqueles emitidos pela própria licitante, deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por tabelião de notas ou por membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL, ou ainda por publicação em órgão de imprensa oficial, reservado à Comissão Permanente de Licitação - CPL o direito de exigir a apresentação dos originais, a seu critério.

9.14 - Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às exigências deste Edital.

10.0 – PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO

10.1 – Os pedidos de credenciamento serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Brejo da Madre de Deus, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste edital.

10.2 - Efetuada a avaliação e constatado o atendimento das exigências editalícias, será o interessado credenciado.

10.3 - A Comissão poderá, se necessário, promover diligências destinadas ao esclarecimento de dúvidas ou confirmação de informações prestadas;

10.4 - A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido será comunicada a instituição financeira interessada;

10.5 - As decisões da Comissão que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas e delas caberão recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da publicação ou da comunicação da decisão.

11.0 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1 - A divulgação das instituições financeiras selecionadas, será publicada no site oficial da prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco

11.2 – A divulgação ocorrerá ao termino da análise dos requerimentos de credenciamento da primeira fase; e

11.3 - A medida em que a análise documental for concluída, considerando os requerimentos de credenciamento recebidos após a data mencionada no **item 7.1.1.**

12.0 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - A instituição financeira interessada poderá interpor recurso das decisões da Comissão que negar o pedido de credenciamento no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da publicação ou da comunicação da decisão;

12.2 - Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados na Comissão Permanente de Licitação, situada a Praça Vereador Abel de Freitas, nº 64, Centro, Brejo da Madre de Deus/PE.

12.3 - O recurso será dirigido ao Prefeito do Município de Brejo da Madre de Deus, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.4 - O recurso contra decisão da Comissão de Licitação não terá efeito suspensivo;

12.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.6 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados.

13.0 – REMUNERAÇÃO

13.1 - A relação dos serviços e a forma com devem ser prestados, e os respectivos preços, estão discriminados no Termo de Referência (Anexo I).

13.2 - Os valores serão fixos e irrevogáveis durante o período do credenciamento, bem como durante o período de 12 (doze) meses de vigência do contrato, podendo o mesmo ser reajustado mediante acordo, tomando-se por base a variação acumulada nos últimos 12 meses da vigência do contrato pelo IPCA-IBGE.

14.0 - INSTRUMENTO CONTRATUAL

14.1 – Este Edital e seus anexos farão partes integrantes do Contrato a ser firmado entre o Município de Brejo da Madre de Deus e os credenciados, no qual ficará estabelecido que o foro da Cidade de Brejo da Madre de Deus será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas da interpretação dos termos contidos no instrumento contratual.

14.2 - O credenciado será convocado para assinar o instrumento de Contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do art. 64 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

14.3 - Quando a pessoa jurídica credenciada não assinar o termo do Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo supracitado, fica facultado ao Município de Brejo da Madre de Deus aplicar as penalidades cabíveis, e convocar outro credenciado.

15.0 - RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - Constituem motivos para a rescisão do Contrato os casos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

15.2 - Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78, da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, terá a Contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos serviços corretamente executados e aceitos.

15.3 - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

16.0 - PENALIDADES

16.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atrasos no cumprimento do serviço e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao prestador de serviço as seguintes sanções:

I - Advertência;

II – Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso na execução do serviço, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) Pela recusa em executar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor do serviço;
- c) Pela demora em corrigir falha na execução do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor dos serviços, por dia decorrido;
- d) Pela recusa em corrigir as falhas na execução do serviço, entendendo-se como recusa da execução o serviço não efetivado nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor dos materiais;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor contratado, para cada caso.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o município

de Brejo da Madre de Deus, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a Prefeitura promova sua reabilitação.

16.2. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Brejo da Madre de Deus, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

16.3. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor contratado, para cada caso.

16.4 - Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

16.5 - Antes da aplicação de qualquer sanção ou penalidade ao Credenciado será assegurado ao mesmo o contraditório e a ampla defesa.

17.0 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

17.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar, por escrito o Instrumento Convocatório.

17.2 - Não sendo feito qualquer pedido de esclarecimento nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são necessários e suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos, não cabendo a licitante o direito de qualquer reclamação posterior.

17.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

17.4 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento da documentação, fixada no item 8.1.1, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

17.5 - As solicitações de esclarecimentos, providências e/ou impugnações deverão ser manifestadas por escrito, dirigidas à CPL, entregues no endereço constante no preâmbulo do Instrumento Convocatório, entre 8:00 horas e 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

18 - DO DESCREDENCIAMENTO ESPONTÂNEO

18.1 - A instituição financeira credenciada poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados, notificando de forma fundamentada o Município de Brejo da Madre de Deus, por intermédio da



Comissão Permanente de Licitação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

19.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – O credenciado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Credenciamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso já tenha sido deferido o seu credenciamento, ocorrerá o cancelamento do mesmo, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.2 - É facultada à Administração Pública, em qualquer fase do Credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.3 - As normas que disciplinam este Credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação do número de credenciados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do Credenciamento.

18.4 - Os casos omissos neste Edital serão decididos pelo Município de Brejo da Madre de Deus, baseado nos termos da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

18.5 – O presente credenciamento, a juízo do Município de Brejo da Madre de Deus, poderá ser revogado por interesse público ou anulado por ilegalidade, sempre em despacho fundamentado, assegurado aos interessados ampla defesa.

18.6 - O Edital completo será disponibilizado para ser consultado e/ou retirado na sala da Comissão Permanente de Licitação, no horário das 08:00 às 13:00 horas, ou através do site: www.brejomdeus.pe.gov.br. No caso de retirada do Edital na referida Comissão, a interessada deverá apresentar PEN DRIVE formatado, a fim de que seja procedida sua transcrição por cópia.

18.7. Fica eleito o foro da comarca de Brejo da Madre de Deus, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes deste Edital, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Brejo da Madre de Deus, 22 de junho de 2022.

Rosalia Rafaela da Silva Brito
Presidente da CPL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - Prestação de serviços de instituições financeiras para arrecadação de tributos municipais e demais receitas, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), em padrão FEBRABAN.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1. Manutenção das atividades arrecadatórias da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Brejo da Madre de Deus, visando à facilitação do processo de arrecadação e melhor atendimento aos contribuintes, e consequentemente a diminuição dos inadimplementos.

3 - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1. O Banco credenciado prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais de acordo com as estipulações do presente edital e minuta do contrato.

3.1.1. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, e repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, serão realizadas pelo BANCO, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.

3.2. São obrigações do CONTRATANTE:

I – Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria de Finanças, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste termo;

II – Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;

III – Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria de Finanças;

IV – Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objeto do CONTRATO;

V – A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria de Finanças;

VI – O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

VII – Autenticar o DAM em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de “home/office banking”, “internet” ou qualquer outra modalidade de autoatendimento, o comprovante de pagamento deverá ser previamente aprovado pela Secretaria de Finanças;

VIII – Manter os DAM arquivados por um período de 180 (cento e oitenta dias);

IX – Enviar ao Município, até as 09 hrs do dia seguinte, arquivo com total das transações do dia, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pela Secretaria de Finanças;

X – Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas municipais, através do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, enviando, ao mesmo tempo, uma mensagem eletrônica, até às 09hrs do dia útil seguinte à data de arrecadação, a crédito da conta informada pela Secretaria de Finanças;

XI – Em caso de incorreção de dados, remeterem as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

XII - Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

XIII – Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;

XIV – Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

XV – Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o BANCO obrigado a resolver eventual irregularidade,

inclusive processando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

XVI – Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;

XXII – Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e a forma do recolhimento (guichê, internet, etc.), para autorização do pagamento das tarifas pelo Município;

XXIII – O BANCO repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:

a) No 1º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em dinheiro;

b) No 2º dia útil a data do recebimento para a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em cheque;

c) No 1º dia após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Auto atendimento e na Internet;

d) No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em dinheiro;

e) No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em cheque;

f) No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário;

g) Os arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição, deverão estar disponíveis no dia seguinte à data do recebimento, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela contratante;

h) Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

3.3. É vedado ao BANCO:

I – Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município;

II – Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

3.4. Não será considerada como repassada a arrecadação:

a) enquanto o arquivo das transações remetido pelo BANCO não for recebido pelo Município;



b) quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

3.5. São obrigações do CONTRATADO:

I - Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

II – Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

III – Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;

IV – Remunerar o BANCO pelos serviços efetivamente prestados;

VI – Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;

VII – Entregar ao **BANCO**:

a) Recibo do arquivo enviado;

b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.

4 – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O Município pagará aos Bancos credenciados pela prestação dos serviços os seguintes valores unitários, para o período de 12 (doze) meses:

ITEM	DESCRIÇÃO	VOLUME	VALOR UNITÁRIO
1	TARIFA PARA CODE PIX	TARIFA	R\$ 1,63
2	TARIFAS POR DOCUMENTOS RECEBIDOS VIA INTERNET	TARIFA	R\$ 1,91
3	TARIFAS PARA DOCUMENTOS RECEBIDOS NO CAIXA ELETRONICO OU SIMILAR	TARIFA	R\$ 2,34
4	TARIFA POR DOCUMENTOS RECEBIDOS VIA DÉBITO AUTOMÁTICO	TARIFA	R\$ 1,83
5	TARIFA POR DOCUMENTO RECEBIDO NA REDE LOTERICA OU SIMILAR, ASSIM COMPREENDIDOS OS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, GERENCIADOR FINANCEIRO, BANCO POSTAL ETC	TARIFA	R\$ 2,72
6	TARIFA PO DOCUMENTOS RECEBIDO NO GUICHÊ DE CAIXA, SENDO PERMITIDO O PAGAMENTO NESTA MODALIDADE EXCLUSIVAMENTE PARA DOCUMENTOS COM VALOR IGUAL OU SUPERIOR A R\$ 2.000,00 (dois mil reais).	TARIFA	R\$ 6,33
7	TAA MULTIBANCO	TARIFA	R\$ 2,68

Parágrafo único: Os valores acima serão pagos por guia de recolhimento recebida e autenticada no caixa e autoatendimento e os recebimentos em favor da Prefeitura Municipal, serão efetuados através de boleto com código de barras, referente a lançamento de tributos municipais.

4.1.1. A instituição financeira interessada em aderir ao objeto em epígrafe poderá optar pelo canal de atendimento de seu interesse, desde que não ultrapasse os valores prefixados.

4.1.2. Valor total estimado para o período de 12 meses é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

4.1.3. Para esta definição dos valores constante do presente edital foi realizada uma pesquisa de preços, bem como o histórico desta despesa, anexos ao presente.

4.1.4. No caso de prorrogação de contrato, os preços acima poderão ser reajustados pelo IPCA/IBGE, acumulado no período da vigência do contrato, por simples termo de aditamento.

4.2. O banco realizará o desconto da tarifa pertinente no ato do repasse da arrecadação para Prefeitura, com relatório de descrição dos tipos de serviços prestados com suas respectivas tarifas aplicadas.

5 - DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS DOS SERVIÇOS

ITEM	RECEITA	QTDE ANUAL ESTIMADA	ESPECIFICAÇÕES
01	IPTU	20.000	Única ou ate 24 parcelas
02	ISS	500	Única ou ate 24 parcelas
03	Taxa de licença	1.000	Única ou ate 24 parcelas
04	ITBI	500	Única
05	Guias Diversas	5.000	Única

5.1. Com base no exercício de 2021, a quantidade estimada é de 27.000 guias de arrecadação, pelo período de 12 meses.

6 - DAS PENALIDADES

6.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste Termo, erros ou atrasos no cumprimento do serviço e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao prestador de serviço as seguintes sanções:

I - Advertência;

II – Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso na execução do serviço, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) Pela recusa em executar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor do serviço;
- c) Pela demora em corrigir falha na execução do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor dos materiais, por dia decorrido;
- d) Pela recusa em corrigir as falhas na execução do serviço, entendendo-se como recusa da execução o serviço não efetivado nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor dos serviços;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor contratado, para cada caso.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o município de Brejo da Madre de Deus, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a Prefeitura promova sua reabilitação.

6.2. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Brejo da Madre de Deus, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

6.3. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor contratado, para cada caso.

6.4 - Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

6.5 - Antes da aplicação de qualquer sanção ou penalidade ao Credenciado será assegurado ao mesmo o contraditório e a ampla defesa.

7 – DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A Secretaria de Finanças do Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação ao BANCO, à realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

7.2. O BANCO declara conhecer que, conforme a norma legal vigente sendo proibido fornecer a terceiros quaisquer tipos de informação que tenha obtido por ocasião da execução do CONTRATO, quando assinado. Em consequência o BANCO se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

7.3. O BANCO assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento de suas obrigações.

7.4. Caso o BANCO não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos legais.

P R E F E I T U R A D O

BREJO
da Madre de Deus



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº ____/2022

Processo de Licitação nº 031/2022

Chamamento Público n.º 003/2022

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS E A EMPRESA _____

Minuta do Contrato que firmam, de um lado o **MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 10.091.528/0001-77, com sede na Praça Ver. Abel de Freitas, S/N, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. **Roberto Abraham Abrahamian Asfora**, brasileiro, portador do RG. nº 1.352.031 SSP/SP, e CPF nº 165.116.204-49, residente e domiciliado na Rua Rubens Nunes, nº 335, Feira Nova, Brejo da Madre de Deus-PE, e do outro a empresa _____, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, na cidade de _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada legalmente pelo Sr.(a) _____ (* dados pessoais, inclusive endereço), com fulcro no **Processo de Licitação nº 031/2022 – Chamamento Público n.º 003/2022**, e em observância às disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

1.1. A prestação de serviços, objeto do presente Contrato, rege-se pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, por suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato o credenciamento de instituições financeiras para arrecadação de tributos municipais e demais receitas, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), utilizando padrão FEBRABAN, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O Município pagará a CONTRATADA credenciada pela prestação dos serviços os seguintes valores unitários, para o período de 12 (doze) meses:

ITEM	DESCRIÇÃO	VOLUME	VALOR UNITÁRIO
1	TARIFA PARA CODE PIX	TARIFA	R\$ 1,63
2	TARIFAS POR DOCUMENTOS RECEBIDOS VIA INTERNET	TARIFA	R\$ 1,91
3	TARIFAS PARA DOCUMENTOS RECEBIDOS NO CAIXA ELETRONICO OU SIMILAR	TARIFA	R\$ 2,34
4	TARIFA POR DOCUMENTOS RECEBIDOS VIA DÉBITO AUTOMÁTICO	TARIFA	R\$ 1,83
5	TARIFA POR DOCUMENTO RECEBIDO NA REDE LOTERICA OU SIMILAR, ASSIM COMPREENDIDOS OS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, GERENCIADOR FINANCEIRO, BANCO POSTAL ETC	TARIFA	R\$ 2,72
6	TARIFA PO DOCUMENTOS RECEBIDO NO GUICHÊ DE CAIXA, SENDO PERMITIDO O PAGAMENTO NESTA MODALIDADE EXCLUSIVAMENTE PARA DOCUMENTOS COM VALOR IGUAL OU SUPERIOR A R\$ 2.000,00 (dois mil reais).	TARIFA	R\$ 6,33
7	TAA MULTIBANCO	TARIFA	R\$ 2,68

Valor total estimado para o período de 12 meses é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Os recursos alocados para a realização do objeto do presente acordo serão oriundos da seguinte dotação orçamentária:

PODER: 02- PODER EXECUTIVO
ÓRGÃO: 05 – SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
FUNÇÃO: 04.122.0403.2030.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA
DESPESA: 138

CLÁUSULA SEXTA- DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. O Banco credenciado prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais de acordo com as estipulações constantes neste Contrato e Termo de Referência (Anexo I) do edital.

6.2. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, e repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por

transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, serão realizadas pela CONTRATADA, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 8.666/93, caberá à Contratada:

7.1. Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria de Finanças, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste termo;

7.2. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;

7.3. Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria de Finanças;

7.4. Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objeto do CONTRATO;

7.5. A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria de Finanças;

7.6. O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

7.7. Autenticar o DAM em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de “home/office banking”, “internet” ou qualquer outra modalidade de autoatendimento, o comprovante de pagamento deverá ser previamente aprovado pela Secretaria de Finanças;

7.8. Manter os DAM arquivados por um período de 180 (cento e oitenta dias);



7.9. Enviar ao Município, até as 09 hrs do dia seguinte, arquivo com total das transações do dia, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pela Secretaria de Finanças;

7.10. Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas municipais, através do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, enviando, ao mesmo tempo, uma mensagem eletrônica, até às 09hrs do dia útil seguinte à data de arrecadação, a crédito da conta informada pela Secretaria de Finanças;

7.11. Em caso de incorreção de dados, remeterem as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

7.12. Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

7.13. Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;

7.14. Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

7.15. Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o BANCO obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive processando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

7.16. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;

7.17. Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e a forma do recolhimento (guichê, internet, etc.), para autorização do pagamento das tarifas pelo Município;

7.18. O BANCO repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:

a) No 1º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em dinheiro;

b) No 2º dia útil a data do recebimento para a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em cheque;



- c) No 1º dia após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Auto atendimento e na Internet;
- d) No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em dinheiro;
- e) No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em cheque;
- f) No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário;
- g) Os arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição, deverão estar disponíveis no dia seguinte à data do recebimento, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- h) Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- 8.2. Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;
- 8.3. Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
- 8.4. Remunerar a CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados;
- 8.5. Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;
- 8.6. Entregar a CONTRATADA:
 - a) Recibo do arquivo enviado;
 - b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.
- 8.7. Repassar até o décimo dia útil do mês subsequente o valor correspondente à prestação dos serviços constantes no objeto, mediante o relatório mensal.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1 – No caso de prorrogação do contrato, os preços poderão ser reajustados mediante acordo, tomando-se por base a variação acumulada nos últimos 12 meses da vigência do contrato pelo IPCA-IBGE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1. As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar este contrato para todos os fins legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes condições, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas por leis posteriores.

I - Pelo Contratante: a) Unilateralmente, em caso de inexecução do objeto contratado, bem como variação de interesse, nos termos do art. 58, II, c/c art. 79, I, da Lei 8.666/93. Não sendo permitida esta a Contratada, por tratar-se de preceito de ordem pública, em que se observa o interesse público, e atribuível, tão somente, ao Ente Federativo.

II - Pelo Contratante: quando os serviços não forem executados de acordo com as disposições contidas neste Contrato ou quando ocorrer o descumprimento de qualquer cláusula pactuada.

III - Por ambas as partes: a) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, tornando absolutamente inviável a execução do Contrato.

11.2. Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78 da Lei n.º 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, terá a Contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos serviços corretamente executados e aceitos.

11.3. Quando da rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, art. 78 da Lei n.º 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

11.4. A Contratada reconhece o direito da Contratante de paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos corretamente executados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste contrato, erros ou atrasos no cumprimento do serviço e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao prestador de serviço as seguintes sanções:

I - Advertência;

II – Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso na execução do serviço, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) Pela recusa em executar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor do serviço;
- c) Pela demora em corrigir falha na execução do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor dos materiais, por dia decorrido;
- d) Pela recusa em corrigir as falhas na execução do serviço, entendendo-se como recusa da execução o serviço não efetivado nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor dos serviços;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor contratado, para cada caso.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o município de Brejo da Madre de Deus, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a Prefeitura promova sua reabilitação.

12.2. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Brejo da Madre de Deus, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

12.3. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor contratado, para cada caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Nos termos do §3º do Art. 55 da Lei 8.666/93, no ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, tudo em conformidade com o disposto no Art. 63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Sob o pálio do art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93, fica eleito o foro da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE, como competente, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença das testemunhas que também assinam.

Brejo da Madre de Deus, ____ de _____ de 2022.

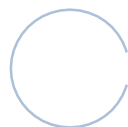
**MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE
DE DEUS**
Roberto Abraham Abrahamian Asfora
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF/MF:

CPF/MF:



ANEXO III

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

(Nome da Instituição Financeira), (qualificação completa da Instituição Financeira = CNPJ, endereço completo; número do telefone, agência em que deverão ser creditados os pagamentos pelos serviços prestados, etc), representada neste ato, pelo(a) Senhor(a) (nome completo), (nome do cargo), portador do RG nº ____ e do CPF nº ____, vem manifestar seu interesse no Chamamento Público nº 003/2022 para o credenciamento de instituições financeiras para arrecadação de tributos municipais e demais receitas, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), utilizando padrão FEBRABAN.

Para tanto, apresenta, em anexo, os documentos exigidos no referido Processo licitatório.

(Data)

(Nome do representante legal da Instituição Financeira e assinatura)

